

A Revista do Programa de Mestrado do UNIFIEO tem passado por modificações e constantes atualizações, para que se ajuste aos propósitos científicos. Iniciada em 2000, com a denominação “Revista Mestrado em Direito do UNIFIEO”, foi editada em versão impressa até 2005. No volume 5, a versão impressa passou a ser disponibilizada também online.

Em 2007, no volume 7-1, sua denominação foi alterada para “Revista Mestrado em Direito. Direitos Humanos Fundamentais”, área de concentração Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu*, do UNIFIEO – Centro Universitário FIEO. Para completa adequação à linha editorial proposta e avaliação de impacto, o nome do periódico foi alterado para “Direitos Humanos Fundamentais” a partir da edição 14-1. Em 2016, atualizamos o nosso Conselho Editorial e renovamos nossa base de pareceristas *ad hoc*.

A missão da revista é a de promover o conhecimento, bem como o de estimular valores e divulgar a pesquisa na área dos Direitos Humanos Fundamentais. O processo de produção do conhecimento nacional na área do Direito foi desafiado, nos anos recentes, a se adequar aos novos parâmetros estabelecidos pela CAPES. Alcançamos os critérios estabelecidos, o que é motivo de orgulho para a instituição, o Conselho Editorial e os pareceristas *ad hoc*.

A publicação é semestral, com pesquisas na área das Ciências Sociais Aplicadas no que refere aos Direitos Fundamentais, apresentando conexões entre os diversos campos do saber.

Neste número, abrimos a edição com um artigo escrito a convite pelo Professor Nuno Piçarra intitulado “O ‘Sistema Europeu Comum de Asilo’ à prova da ‘crise migratória e de refugiados sem precedentes’”, onde enfrenta o problema da migração que vem enfrentando a Europa.

Jan Gustave de Souza Havlik e Gabriela Maia Rebouças abordam o tema da liberdade no artigo “Contribuições de Isaiah Berlin para refletir sobre liberdade”

Renato Duro Dias relata sua experiência em “A prática Jurídica Social no curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande, Brasil”.

Riva Sobrado de Freitas enfrenta o delicado tema “O aborto: um olhar sob a perspectiva dos Direitos à Privacidade e à Autonomia Decisória”.

Marcelo Rodrigues Mazzei, Marcelo de Senzi Carvalho e Zaiden Geraige Neto discorrem sobre o tema “O Direito Fundamental de acesso à informação pública e a importância da transparência ativa”.

“O papel da família na educação para o uso da internet: proteção à criança e ao adolescente” foi o tema discutido por Mirian Andrade Santos.

Enquanto Lilian Marcia Balmant Emerique, Verônica Ferreira Noronha de Barros e Mariana Moretti Ribeiro enfrentaram o tema “O papel do conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil no controle de constitucionalidade de Direitos Fundamentais”.

As “Restrições aos Direitos Fundamentais” foi objeto de análise por Andre Luiz dos Santos Nakamura.

Por fim, em um ensaio, discorreram Dimitri Dimoulis e Soraya Regina Gasparetto Lunardi, sobre “O valor constitucional dos protestos populares - o fim dos ‘inocentes do Leblon’”.

Boa leitura!

Luís Rodolfo Ararigboia de Souza Dantas

Gerson Amauri Calgaro